Expressão Universitária
Ano 7 Número 84-Junho/2017
www.sinsepes.org.br
Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

"A IMPORTÂNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DO JORNALISTA VAI MUITO ALÉM DO QUE PUDERAM SUPOR OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) QUANDO DECIDIRAM REVOGAR A EXIGÊNCIA DO DIPLOMA EM 2009."
ARNALDO ZIMMERMANN- PROFESSOR DA FURB E MESTRE EM JORNALISMO
A IMPORTÂNCIA DO JORNALISMO NA ERA 3.0 **PÁGINA 12**

"A MÁGICA POLÍTICA POR MEIO DO QUAL O PODER LEGISLATIVO CONVERTE INTERESSES PARTICULARES EM INTERESSES GERAIS MARCA TAMBÉM A RELAÇÃO ENTRE A FURB E A CÂMARA DE VEREADORES."
MARCOS ANTÔNIO MATTEDI - DR. EM CIÊNCIAS HUMANAS, PROFESSOR DO PPGDR E COLUNISTA DO EXPRESSÃO UNIVERSITÁRIA
A FURB E A CÂMARA - LADO B
PÁGINA 16

"VIVEMOS TEMPOS DE RETIRADAS DE DIREITOS HISTÓRICOS QUE IMPACTAM CONTUNDENTEMENTE A VIDA E A SAÚDE DAS MULHERES, COLOCANDO-AS EM SITUAÇÃO DE MAIOR VULNERABILIDADE."
REJANE WILVERT - ASSISTENTE SOCIAL
PELOS DIREITOS DAS MULHERES - 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA MULHER EM BLUMENAU
PÁGINA 10

MOBILIZAÇÃO

Em Blumenau, trabalhadores protestam contra as reformas trabalhista e previdenciária, anunciadas pelo governo federal. A greve de 28 de abril e seus impactos são considerados um capítulo à parte na crise política nacional. CRÉDITO: LUIZ ANTONELLO
PÁGINA 11

CRÉDITO: ALEXANDRE ZELINSKI

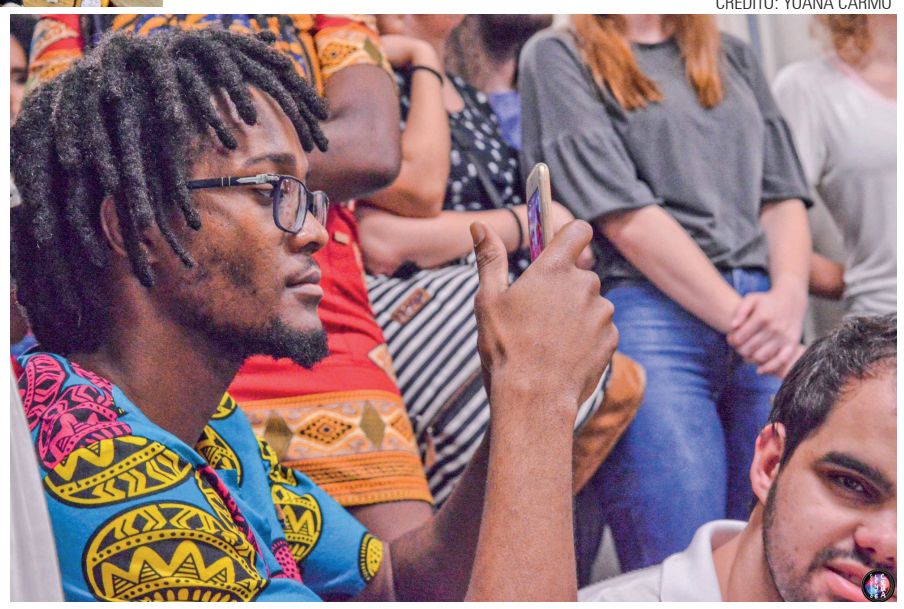
OS DESAFIOS DA IMIGRAÇÃO HAITIANA

A IMIGRAÇÃO DE HAITIANOS É OBSERVADA COMO UM UM FENÔMENO RECENTE E COM AMPLAS POSSIBILIDADES DE NOVAS PESQUISAS. ALÉM DISSO, A IMIGRAÇÃO CORRESPONDE A UM DESAFIO INTENSO PARA AS COMUNIDADES LOCAIS E PARA AS PREFEITURAS QUE, EM MAIOR OU MENOR GRAU PRECISAM APRENDER A LIDAR LOCALMENTE, COM PROBLEMAS GERADOS EM ÂMBITOS GLOBAIS.
PÁGINAS 6 E 7

CRÉDITO: YOANA CARMO

AFRICANIDADES BRASILEIRAS

DURANTE QUATRO DIAS, A FURB FOI PALCO DA PROGRAMAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO DA SEMANA DE ÁFRICA, ORGANIZADA PELOS ESTUDANTES INTERCAMBISTAS DE PAÍSES AFRICANOS NA UNIVERSIDADE. VEJA FOTOS EM INSPIRAÇÃO
PÁGINA 15



EDITORIAL

O FUTURO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA

Dia 26 de maio último foi apresentado ao Conselho de Administração do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Blumenau (ISSBLU) o novo cálculo atuarial elaborado pela consultoria Melo Atuarial Cálculos Ltda., empresa contratada pelo instituto para esse fim. A atualização desse cálculo é um procedimento obrigatório por lei e essa última despertou atenção especial, pois, pela primeira vez, foi utilizada a base de dados organizada pelo Censo de 2015 dos servidores públicos, ativos, inativos e pensionistas, que teve por objetivo censo cadastral, funcional e financeiro.

O *censo cadastral* trata-se de atualização de dados pessoais dos servidores. O Censo Funcional engloba atualização do histórico funcional dos servidores, como: cargo ocupado, data de admissão, vínculos anteriores com o INSS ou outros regimes próprios, benefícios concedidos, data de concessão, ato aposentatório, dentre outros. Já o *censo financeiro* envolve atualização da base remuneratória de contribuição dos servidores desde julho/1994, se o ingresso no serviço público for anterior a esta, ou data de admissão se posterior, até o presente momento. Além do mais, o censo previdenciário é uma determinação legal e está fundamentado no art. 3º, § 4º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, Art. 15, II da Orientação Normativa 02/2009, devendo ser realizada no mínimo a cada cinco anos. Avaliação Atuarial é estudo técnico desenvolvido pelo atuário, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

“ O total de recursos aplicados em abril de 2017 era de cerca de R$ 407 milhões e a falta desse aporte inicial lá no começo dessa história sem dúvida deixaria a situação do ISSBLU mais confortável. Como recuperar essa diferença?

A realidade biométrica dessa população permite um cálculo mais preciso do valor necessário para garantir as aposentadorias, pensões e seguridade social. As premissas utilizadas são discutidas pelo conselho com o atuário e incluem uma projeção de cumprimento da meta atuarial para a remuneração dos ativos financeiros: índice de inflação mais 6% de juros ao ano. Na despesa, prevê a reposição inflacionária mais o crescimento vegetativo da folha em 1% ao ano relativo ao anuênio.

A parte que causa polêmica nesse cálculo é a aplicação de uma tábua de vida de 111 anos, ou seja, uma esperança total de vida do segurado e seu pensionista em contraposição à tábua de 2014 do IBGE de 80 anos, em média, que é utilizada nos demais casos. Isso corresponde a 31 anos a mais de recebimento de proventos e pensões, o que onera de sobremaneira o déficit atuarial. Considerando que o ISSBLU e Câmara de Vereadores também já aprovaram a atual regra do escalonamento por idade da pensão por morte, que também está em vigor no Regime Geral, vemos que não haveria ainda lógica em impor a aplicação de uma tábua de vida diferenciada. A idade média do pessoal ativo é de 43,04 anos (mulheres) e 45,92 anos (homens), enquanto a idade média dos inativos é de 62,31 anos (mulheres) 68,31 (homens) ao passo que a idade média dos pensionistas é de 62,50 (mulheres) e 57,66 (homens) nesse último grupo existem menores de idade que contribuem para redução dessa média.

Em abril desse ano, tínhamos um total 7.458 servidores ativos, 2.155 inativos aposentados e 412 pensionistas. Em comparação como julho de 2013, quando começou a gestão que se encerra agora em junho, tivemos um aumento de pessoal ativo em 12,32%, ao passo que o número de inativos cresceu 34,65% e de pensionistas 19,42%. O fator de dependência, que é a razão de quantos servidores ativos existe para cada inativo/pensionista, era de 3,41 em julho de 2013 e 2,90 em abril de 2017. Essa razão de dependência vem caindo ano a ano com bastante rapidez. Com base da expectativa de aposentadoria e serviço passado, fez-se uma estimativa para o crescimento do número de novos inativos para os próximos dez anos (até 2027): Em dezembro de 2016 (mês de referência do cálculo atuarial), o total da folha de pagamento dos ativos, inativos e pensionistas correspondia a R$ 36,43 milhões (ativos 73,49 %, inativos 23,48% e 3,03% pensionistas), até 2027 a expectativa é que ocorra um aumento líquido de 2.258 inativos/pensionistas que somados aos atuais tenhamos um total de 5.033 – já considerando os falecidos no período e os novos.

Isso corresponde a um total de R$ 21,896 milhões - 60,10% do total da folha, se considerarmos que o quadro do pessoal ativo se mantenha o mesmo. A razão de dependência em 2027 seria 1,49. O déficit atuarial calculado foi de R$ 2,565 bilhões, ou seja, maior do que o previsto antes do censo. Sem dúvida, a aplicação dessa tábua de vida esticada é o que contribui mais para a evolução do déficit, considerando que cada servidor que se aposenta no topo da carreira, mesmo continuando a contribuir para o fundo, acrescenta a despesa com a folha mais que contribui para a receita o seu substituto no início da carreira.

Para se ter uma ideia desse impacto, foi apresentada com base apenas no que ocorreu em 2016, a evolução desse quadro e a sua contribuição para o aumento do déficit: ingressaram 783 novos servidores (R$1,88 milhão na folha e uma receita de R$ 507 mil em contribuições por mês) e 188 inativos e 33 pensionistas (um acréscimo na despesa líquida R$1,195 milhão). O aumento do déficit corrente por mês correspondeu a R$ 688 mil em média. Isso por sua vez levado ao cálculo atuarial para garantir o pagamento do último servidor em vida significa um aumento em R$ 206 milhões nessa conta. O CONSASD solicitou ao atuário que fizesse uma projeção com base na tábua do IBGE 2014 de 80 anos para verificar qual essa diferença, o que ainda não foi apresentado.

Se esses números impressionam, isso também é devido em grande parte ao lado obscuro que permeou o início do histórico dos RPPS pelo Brasil afora, o que inclui também Blumenau: a ausência do aporte inicial por ocasião da criação do ISSBLU em 2000. A Prefeitura, suas autarquias e fundações exceto a FURB deixa de contribuir para o regime geral de previdência social em 1990, aderindo ao regime estatutário e a FURB veio logo em seguida no ano de 1993. Contribuições do servidor e patronal foram depositadas em duas contas comuns denominadas “fundo previdenciário” cujos recursos foram aplicados e administrados pelo próprio ente empregador. Quando a coisa “apertava”, ou seja, as contas “não fechavam” era comum meter a mão no fundo previdenciário para se socorrer e devolver o dinheiro mais tarde. Pois bem o ISSBLU foi criado com estrutura e autonomia próprias com um quadro de servidores dedicados a dar suporte, atendimento e fiscalizar, dando por encerrado esse período inicial que vai de 1990 a 2000, mas sem ver a cor do dinheiro das antigas contas do fundo previdenciário. No entanto, já recebe um quadro de ex-servidores aposentados e pensionistas já no seu primeiro ano de funcionamento, sem sequer ter recebido uma única contribuição, não por culpa deles, longe disso, mas por responsabilidade do ente público empregador. Um levantamento apresentado nessa mesma reunião mostrou que ainda estão na folha de pagamento no final de 2016, 464 servidores inativos que já estavam aposentados desde o ano de 2000 e mais 56 pensionistas – o total desse grupo corresponde a R$ 2,041 milhões /mês em pagamento de proventos e pensões. Isso sem contar as contribuições totais de todo o pessoal ativo que se aposentou depois ou que ainda não se aposentou. Estimou-se que dos R$ 2,565 bilhões do déficit atuarial citado anteriormente; R$ 1,957 corresponde ao déficit calculado antes da criação do ISSBLLU e R$ 385 milhões o déficit depois da criação do ISSBLU.

O total de recursos aplicados em abril de 2017 era de cerca de R$ 407 milhões e a falta desse aporte inicial lá no começo dessa história sem dúvida deixaria a situação do ISSBLU mais confortável. Como recuperar essa diferença? Inverossímil é acreditar no plano de cobertura desse déficit por conta de não terem efetuado esse aporte inicial. Foi criado para isso o custeio suplementar, hoje em 8%, além da alíquota normal de 15,78%. O plano para ser realizado em 30 anos de aumentar a alíquota suplementar em 1% ao ano já foi adiado várias vezes e é considerado impraticável, pois o dinheiro vai acabar antes se persistir essa tendência. Os servidores ativos, inativos e pensionistas contribuem hoje com uma alíquota de 11%. Temos vários desafios para dar sustentabilidade aos regimes próprios de previdência a partir de sua criação, o que não podemos é postergar ainda mais as soluções, pois o problema aumentará ano após ano.

PARTICIPE DO EXPRESSÃO! ***Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!***

DIRETORIA SINSEPES | 2014/2017

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); ***Vice-presidente:*** -, ***Secretária geral:*** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), ***1ª Secretária:*** Marian Natalie Meisen (CCT), ***Tesoureiro:*** Nazareno Schmoeller (CCSA), ***1º Tesoureiro:*** Valcir de Amorim (DAF), ***Diretor de Cultura e Cuidados com a Saúde:*** João Luiz Gurgel Calvet da Silveira (CCS), ***Diretor de Imprensa e Comunicação:*** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), ***Diretor de Assuntos Jurídicos:*** Morilo José Rigon Júnior (CCEN), ***Diretora de Formação e Relação Sindical:*** Nevoni Goretti Damo (CCS)

CONSELHO FISCAL
Efetivos: Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)
Suplentes: Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 2.000 cópias. ***Gráfica:*** Grafinorte S/A (Apucarana, PR) - (41) 3598.1113 ou (41) 9926.1113

Jornalista Responsável: Magali Moser - MTB/SC 02353 JP
Luiz Guilherme Antonello (estagiário de Jornalismo)

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

sinsepes

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do Sinsepes (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da Furb - Rua Antônio da Veiga, anexo à cantina central - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89030-903

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

INTERNAS

SINSEPES PROMOVE ATIVIDADE DE FORMAÇÃO

Atento às necessidades de aperfeiçoamento e formação, o SINSEPES promove em 13 e 14 de junho, uma palestra e atividade de formação com o educador popular, Emilio Gennari, respectivamente. O tema será a organização de base e os desafios para o "novo trabalhador" frente à ação sindical, no auditório da biblioteca central, campus 1 da FURB. A atividade é aberta a todos os servidores (filiados e não filiados), mas depende de inscrição prévia. As inscrições podem ser feitas até o dia 9 de junho. Mais informações pelo telefone: 3340 1477.

CURSO DE ARQUITETURA DA FURB FAZ 25 ANOS

Em 23 de setembro, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da FURB promove evento em comemoração aos 25 anos da criação do curso. A programação conta com uma cerimônia comemorativa, a edição de livro - Revista Comemorativa e festa. O curso de Arquitetura e Urbanismo da FURB é o segundo curso da área em Santa Catarina, sendo o primeiro da UFSC (1977). A primeira turma do curso iniciou atividades na fase 1992-1, com uma turma de 53 alunos, e concluiu em 1996-2, com 11 formandos. Até final de 2016, diplomou 1181 arquitetos e atualmente o curso tem 400 alunos. O Depto. de Arquitetura e Urbanismo conta com 29 professores (5 Prof. Doutores, 16 Prof. Mestres e 8 Prof. Especialistas) e 2 Técnico-Administrativos.

ITCP TRANSFERE FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A edição deste mês da Feira de Economia Solidária foi transferida para o dia 13, terça-feira, sendo realizada no pátio da Biblioteca Universitária, das 8h30min às 20h30min. A Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da FURB, transferiu o evento pela possibilidade de grande quantidade de chuva, com risco de enchentes e deslizamentos para a região do Vale e Alto Vale do Itajaí. Lembrando que o calendário das feiras para 2017 está definido: 8 e 9 de agosto; 12 e 13 de setembro; 10 e 11 de outubro; 7 e 8 de novembro e 28 e 29 de novembro. Mais informações pelo telefone 3321 0351.

INCRIÇÕES PARA CONCURSO DE LITERATURA

O Departamento de Letras da FURB promove o 1º Concurso Novos Talentos da Literatura "José Endoença Martins" 2016/2017. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas até o dia 30 de junho. São cinco categorias: Romance, Conto, Poema/Poesia, Infanto-Juvenil e História em Quadrinhos. De acordo com o regulamento, as obras deverão ser inéditas, entendendo-se com isso textos não publicados, parcialmente ou em sua totalidade, em antologias, coletâneas, suplementos literários, jornais, revistas, sites, blogs e qualquer outro meio de publicação. O julgamento das obras será em 31 de julho, e a premiação, em 30 de agosto. Para mais informações, envie e-mail: novostalentos@furb.br

ARQUIVO

FURB ESTÁ NA PROGRAMAÇÃO DO JUNHO VERDE

Desde 2016, quando foi instituído pela lei nº 8288, de 23 de maio, o Junho Verde traz ações de instituições públicas e privadas no sentido de aumentar os cuidados ambientais. Coordenado pela Faema e Grupo de Trabalho de Educação Ambiental Local, ação visa dar maior visibilidade à preocupação do município com a questão ambiental, a exemplo do que já ocorre com o Maio Amarelo (Trânsito), o Outubro Rosa (Câncer de Mama) e o Novembro Azul (Próstata). Veja a programação deste ano:

Em 08 de Junho, quinta-feira, ocorre a roda de conversa: "Políticas públicas sobre meio ambiente com ênfase em educação ambiental", às 19h30min, no Auditório do Campus II da FURB. O evento conta com a participação de José Sommer e Lauro Bacca, é gratuito e aberto ao público. No dia 14 de Junho, às 19h30min, ocorre a mesa redonda: "O viver sustentável na teia da vida", no Senac, com o prof. Diego Pasqualini (captação de água da chuva), Sabrina Zange (energia fotovoltaica), César Lobe (aquecimento solar de água), prof. Christian Krambeck (cidade para pessoas) e prof. João Francisco Noll (arborização urbana). No evento, gratuito e aberto ao público, será disponibilizado café com degustações preparadas pelos acadêmicos de Gastronomia. No dia 21, às 9h, ocorre palestra de abertura do "III Encontro Blumenauense de Educação Ambiental: histórico e perspectivas da educação ambiental crítica no contexto escolar", no auditório da Biblioteca da FURB, com o palestrante Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Evento também gratuito e aberto ao público. Em 26 de junho, às 19h30min, ocorre a mesa redonda: "Unidades de conservação - importância e contribuição para pesquisas científicas", na sala Multiuso do Senai, com a participação de Lauro Bacca (ambientalista), Viviane Daufemback (ICMBio), Cintia Gizele Gruener (Instituto Caeté-Açu para a Conservação da Natureza), André Gasper (Furb) e Laio Oliveira (Inventário Florístico Florestal). Em 27 de junho, às 19h30min, ocorre mesa redonda: "Permacultura", no auditório do Campus II da FURB. Com a participação de Ana Nunes (engenheira florestal), Viglio Schnaider (permacultor) e Cíntia Raquel (pedagoga e permacultora). Dia 29, às 19h30min, é o encerramento da programação, com palestra sobre "Projeto Parcerias da Paisagem: oportunidades de conservação e restauração da Mata Atlântica da região". Será no auditório do campus II, da FURB. Com a palestrante Ecóloga Thaís Nícia Azevedo Vieira, do Instituto Caeté-Açu para a Conservação da Natureza. Para mais informações acesse www.blumenau.sc.gov.br/junhoverde.

ISSBLU ELEGE NOVOS CONSELHEIROS

O Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau (ISSBLU) divulgou o resultado das eleições do dia 29 de maio, quando elegeu os novos representantes dos segurados nos Conselhos de Administração e Fiscal. Eles vão atuar no quadriênio 2017-2021.

As eleições contaram com 3.710 votantes. Foram eleitos seis servidores efetivos e estáveis para compor o Conselho de Administração, quatro ativos (dois titulares e dois suplentes) e dois inativos (um titular e um suplente) e seis servidores efetivos e estáveis parar compor o Conselho Fiscal, quatro ativos (dois titulares e dois suplentes) e dois inativos (um titular e um suplente).

No Conselho de Administração, os representantes ativos foram, como titulares: Elsa Cristine Bevian (828 votos) e Isabel Brunow Ventura (785 votos); e para suplentes: Tarcisio Pedro da Silva (690 votos) e Neusa Pasta Felizetti (682 votos)

Representando os Inativos, como Titular: Saul Alcides Sgrott (978 votos); e suplente: Julio Cesar Pereira (665 votos).

Para o Conselho Fiscal, os representantes Ativos, como titulares: Susana Raquel Batista Hessmann (1.587 votos), Fernando Krambeck (1.071 votos); e suplentes: Carlos Eduardo Kraus (988 votos), Gilmar Schneider (958 votos).

Representando os Inativos, como titular: Rosane dos Santos (2.237 votos); e suplente: Albio Momm (763 votos).

Para mais informações, acesse www.issblu.sc.gov.br

O primeiro apresentador da TV Coligadas, Carlos Braga Mueller ao centro (também na página ao lado) junto de J. Cecconi e Alfredo Otto Flatau. Mueller apresentava o jornal diário Malhas Hering na primeira emissora de televisão de Santa Catarina, instalada
CRÉDITO DAS IMAGENS: ARQUIVO DO ADALBERTO DAY

POR QUE PRECISAMOS DE UM JORNALISMO REGIONAL?*

O que já era escasso ficou ainda mais restrito: o enxugamento da já limitada programação local da televisão comercial e seus impactos para a comunidade do Vale do Itajaí

POR MAGALI MOSER

Mestra em Jornalismo pelo Posjor/UFSC e professora da disciplina de Mídia Regional no curso de Jornalismo da FURB Jornalista <magali.moser@gmail.com>

Comandado pelo milionário do ramo de medicamentos genéricos, Carlos Sanchez, o grupo NC assumiu em março do ano passado as operações em Santa Catarina da RBS, a maior afiliada da Rede Globo, com a promessa de manutenção das atividades. A expectativa dos funcionários era de continuidade da programação, cobertura e abrangência adotadas até então. Mas, um ano depois, as mudanças começam a aparecer. O presidente da RBS/SC, Mário Neves, assegurou publicamente o desejo de o público dos veículos ser o responsável pela escolha do novo nome da empresa, que "leva jornalismo e entretenimento" aos catarinenses, na linguagem utilizada por ele. Para além da definição da nova sigla (definida como *NSC* entre outras opções - *DNC* e *LIG*), cuja escolha foi lançada em campanha estadual e se deu por meio de votação virtual até o dia 15 de maio, a principal mudança parece ser quanto à abordagem do conteúdo e linha editorial.

Uma das alterações – anunciada com a costumeira justificativa de "inovação", também defendida como "unificação do estado", foi motivo de festa pelo grupo (incluiu jantar para convidados em restaurante de Blumenau). Atinge diretamente o *Jornal do Almoço*, no ar há 37 anos e considerado um dos principais programas televisivos da emissora. Desde março, o JA deixou de ter como foco o conteúdo local, assumindo um editorial voltado à cobertura estadual. O programa voltou a ser apresentado e conduzido em Florianópolis, pelos âncoras estaduais Mário Motta e Laine Valgas, com inserções de blocos de notícias das praças, como antes. Em 2005, quando a RBS TV Blumenau experimentou a concorrência comercial com a então Rede SC/SBT (hoje RIC TV Record) em Blumenau, o Jornal do Almoço apresentava uma programação local que não chegava a 20 minutos, dos 40 minutos de programa. Mas a disputa pela audiência levou a emissora a mudar de conduta e dar preferência à programação local. Agora, a lógica se inverte outra vez.

Na contramão das pesquisas que fortalecem a importância da proximidade como critério de noticiabilidade, a mudança parece priorizar apenas questões de ordem econômica/financeira. Foi apresentada como "uma oportunidade para unir o Estado e trazer coisas diferentes", para usar as palavras do coordenador de Jornalismo da RBS TV Blumenau, Jefferson Douglas, à imprensa. Mas foi recebida com surpresa. Nem mesmo a forte campanha publicitária da emissora com nomes do jornalismo estadual conseguiu frear as críticas. As resistências e reações negativas partiram de anunciantes, telespectadores e dos próprios funcionários, que não conseguiram convencer a direção da empresa da importância do conteúdo local. Com a medida, o grupo enxugou ainda mais a já limitada programação local: O que já era escasso ficou ainda mais restrito. O enxugamento se refletiu em cortes em Blumenau, Joinville, Florianópolis e Chapecó, onde houve demissões de repórteres, produtores e cinegrafistas. Certamente, também haverá impacto na audiência.

Dos cerca de 40 minutos de duração do atual Jornal do Almoço, apenas 16 minutos são preenchidos com ênfase local, enquanto o *Jornal do Meio Dia*, da RIC Record, em Blumenau, apresenta uma hora e quinze de programação regional e local. Não se trata apenas de uma questão de espaço, poderíamos discutir ainda a qualidade desta programação. Mas, com as mudanças, o JA passou a ter apenas dois blocos iniciais do programa,

veiculado das 12h às 12h40min, apresentado em Blumenau por Joelson dos Santos e Vanessa Nora.

HISTÓRIA

A RBS preferiu vender seu domínio em Santa Catarina ano passado, após 37 anos de atuação. O início das operações do grupo sul-rio-grandense no Estado se deu em 1979, com uma concessão de televisão à RBS TV em Florianópolis, 22 anos depois da aquisição da primeira emissora de rádio do grupo no Rio Grande do Sul, a Rádio Gaúcha. Novo proprietário das operações da RBS em SC, Sanchez é o presidente e o maior acionista da EMS, uma multinacional farmacêutica do ramo de genéricos. A EMS foi fundada pelo pai de Carlos, Emiliano, em 1950, como uma pequena farmácia em Santo André (SP). Carlos herdou a EMS aos 26 anos, após a morte do pai. Ele é citado pela Revista Forbes como o 26º homem mais rico do Brasil, com uma fortuna avaliada em R$ 6,89 bilhões, o que reforça o questionamento sobre as relações de proximidade entre mídia e poder no Brasil.

“Num país marcado por desigualdades, contradições e injustiças sociais como o Brasil, a televisão ainda é um dos principais instrumentos de acesso à informação para boa parte da população. Até porque, as desigualdades brasileiras também são regionais e o jornalismo televisivo muitas vezes contribui para a naturalização dessas diferenças.

Independentemente dos modos RBS ou NC de fazer jornalismo, o que está em questão é a diminuição do espaço para as pautas, interesses, anseios e demandas locais. Não há como não lamentar a redução de espaço para o jornalismo regional, num mercado já de costas para as necessárias histórias locais. Naturalmente, o modo RBS de fazer jornalismo regional, não só na TV, mas também nos seus impressos e emissoras de rádio, também era questionável. O Jornal de Santa Catarina, lançado em 1971, buscava ser regional, após ser adquirido pelo grupo sul-rio-grandense em 1992, mas a ênfase sempre foi para Blumenau, com raras exceções na cobertura, motivadas por alguma eventualidade, geralmente ligada a catástrofes ou tragédias, nos municípios vizinhos. Trabalhei por quatro anos como repórter no Santa (de 2006 a 2010). Nos dois últimos anos, quando Edgar Gonçalves ainda estava no comando da redação, antes de assumir como editor-chefe do DC, fui deslocada especialmente para atender à cobertura do Médio e Alto Vale do Itajaí. Era uma estratégia a fim de diminuir as críticas por falta de cobertura dos municípios vizinhos.

A função comunitária é apontada como um dos principais diferenciais do jornalismo regional. É no veículo de comunicação local onde se tem mais possibilidades de garantir visibilidade de uma região ou comunidade específicas. A mídia regional promete assegurar a representação dessas pequenas comunidades, suas características e demandas, que dificilmente encontrarão espaço nos meios de comunicação de alcance nacional. Basta notar quando Blumenau, já que tomamos a cidade como exemplo aqui, aparece como notícia nacional, além das clicherizadas pautas do mês de outubro, com a Oktoberfest e seus foliões fantasiados de fritz e fridas ou com as tragédias e enchentes ocasionais (esse tema, inclusive, foi objeto de minha pesquisa no mestrado). Na mídia regional, expressa-se com mais força a identidade local. Por isso, o jornalismo regional é capaz de gerar no público a sensação de pertencimento.

Frequentemente é atribuída à cidade de Blumenau o rótulo de “precursora” na mídia catarinense, com as primeiras emissoras de rádio (PRC-4 ou Rádio Clube) e televisão com abrangência para toda Santa Catarina (TV Coligadas), além do primeiro jornal em sistema off-set do Estado (Santa). No entanto, as decisões dos grupos midiáticos parecem ignorar a importância histórica da cidade no setor. Não se pretende aqui defender apenas a inclusão do município na pauta jornalística. A opção de priorizar a abordagem estadual, concentrando-se em Florianópolis, deixa descoberta a maioria dos municípios catarinenses. Diminuir a força da informação local tende a se revelar como uma estratégia que soa como descaso: medida centralizadora, incapaz de perceber a audiência local como produtora de notícia e de necessidade de informação.

PROXIMIDADE

Para alguns estudiosos da mídia regional, a proximidade da informação permite às pessoas acompanharem os acontecimentos de modo mais direto, à medida que podem vivenciar os fatos ou testemunharem-nos. Esta possibilidade permite o confronto entre os fatos e suas versões midiáticas. Se, por um lado, o jornalismo regional se constitui uma oportunidade de promover a visibilidade de comunidades, grupos e ações não atingidos pela mídia nacional, há também limitações nesta esfera. A principal delas é o vínculo e a proximidade com os poderes constituídos, forças e políticos locais. Talvez justamente este fator explique a decisão do novo comando dos veículos da RBS no Estado em priorizar o conteúdo estadual em detrimento do regional e local. Com receio de envolver/abordar possíveis interesses e forças regionais, opta-se por um noticiário mais homogêneo, superficial e “à distância”, sem investir e tocar nas especificidades locais.

Num país marcado por desigualdades, contradições e injustiças sociais como o Brasil, a televisão ainda é um dos principais instrumentos de acesso à informação para boa parte da população. Até porque, as desigualdades brasileiras também são regionais e o jornalismo televisivo muitas vezes contribui para a naturalização dessas diferenças, em vez de problematizá-las. O sociólogo francês Pierre Bourdieu, em Sobre a Televisão (1997), já alertou sobre a “censura invisível” imposta pelas limitações do tempo nas TV’s comerciais, que faz da televisão “um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica”. (BOURDIEU, 1997, p. 20). Ele chamou a atenção para a pressão da lógica comercial e os perigos que corremos com a concorrência sem limites quanto à seleção da informação submetida ao índice de audiência.

Se, para Bourdieu, a concorrência entre jornais e jornalistas submetidos às mesmas restrições, em vez de diversificar, homogeneíza. É o caso de se pensar num jornalismo menos preocupado com e como o que os outros disseram, mas capaz de subverter as regras impostas pela televisão. Com a televisão, estamos diante de um instrumento capaz de atingir todo mundo, como o próprio pesquisador francês reconhece, por isso, reside aí um potencial ilimitado. Inclusive sob o ponto de vista da transformação e cidadania. No entanto, parece que os empresários da mídia regional parecem desprezar essas potencialidades. No caso do grupo NC, os investidores sem experiência no ramo da comunicação parecem não enxergar nada além de números e cifras, tendo como o único objetivo maximizar o lucro e diminuir custos. Ainda não se sabe o impacto das mudanças do novo comando para os outros veículos, incluindo jornais, emissoras de rádio e portais.

Por agora, entendemos que nem mesmo como estratégia econômica essa ideia de centralizar a notícia é boa: a concorrência deverá usar as brechas deixadas. A mudança na formatação do JA se constitui uma forma de estruturar e conceber a informação oposta ao que se defende como jornalismo de proximidade. Visão no mínimo contraditória para uma emissora de televisão que se apropria das questões locais para se afirmar como próxima do público e que quer ser vista como regional.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CRUZ, Dulce Marcia. Televisão e negócio: a RBS em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1996.

MOSER, Magali. Jornalismo forjado: a participação da imprensa na imposição da identidade germânica em Blumenau. 2016. 350 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PJOR0085-D.pdf>

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Mídia Regional e Local: aspectos conceituais e tendências. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo, SP, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1º sem. 2005.

*Texto publicado originalmente em 14 de maio de 2017, no objETHOS - Observatório da Ética Jornalística, uma realização do Departamento de Jornalismo do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (POSJOR) da Universidade de Santa Catarina (UFSC)

objethos.wordpress.com

O HAITI NO ALTO

A imigração de haitianos é um fenômeno recente e corresponde a um desafio intenso para as comunidad problemas gerados em âmbitos globais.

POR THIAGO DE OLIVEIRA DA SILVA

Mestre em Desenvolvimento Regional, Bacharel em Ciências Sociais pela FURB <professorseagal@gmail.com>

O presente artigo é resultado de uma síntese do trabalho de conclusão de mestrado apresentado ao programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau – FURB. Sob orientação do professor Dr. Luciano Florit. Essa pesquisa teve como objetivo central analisar a chegada dos imigrantes haitianos à região do Vale do Itajaí, mais especificamente à cidade de Rio do Sul – SC sobre a ótica das empresas contratantes. Acrescenta-se a isso, a influência que os imigrantes exercem na economia local, os impactos econômicos e sociais provocados pelos fluxos migratórios.

“A imigração não é um fenômeno novo, sempre esteve presente na história da humanidade. Existem relatos de grandes migrações desde períodos bíblicos. As pessoas sempre migraram. Os moticos que impulsionam essas migrações com pequenas variações se repetir

Para tanto, parte-se do princípio que a imigração é um fenômeno complexo, que em princípio não pode ser definido, adjetivado nem como positivo nem como negativo, mas sim como um fenômeno cujos impactos são multidimensionais, ou seja, afetam as diferentes dimensões sociais de maneiras diferentes. Nesse caso, a imigração pode ser positiva no que tange à economia, e negativa do ponto de vista ambiental, quando os imigrantes ocupam espaços marginalizados, áreas de risco ou preservação que não deveriam ser ocupadas.

A imigração não é um fenômeno novo, sempre esteve presente na história da humanidade. Existem relatos de grandes migrações desde períodos bíblicos. As pessoas sempre migraram. Os motivos que impulsionam essas migrações com pequenas variações costumam se repetir, sejam eles: a busca por melhor condição de vida, busca por segurança, fuga de conflitos dos mais variados tipos, religiosos, políticos, assim por diante... A busca pelo amor. Sim o amor é uma grande fonte que impulsiona jovens no mundo inteiro a migrarem, seja para acompanhar a pessoa amada ou em busca de um novo amor. Por fim, os últimos anos do século XX marcaram o surgimento de um novo tipo de imigrante, os ambientais. Pessoas que migram justamente em busca de condições ambientais mais saudáveis, vítimas de tragédias ambientais (justamente o caso dos haitianos), mas também, pessoas que tiveram sua fonte de sobrevivência destruída em decorrência das mudanças climáticas.

Contudo, os últimos anos do século XX e esse início de século XXI são caracterizados pela intensificação dos processos de imigração. Essa intensificação é agravada pelo crescimento de crises sociais e econômicas em diferentes locais do mundo (como a Síria, por exemplo), mas também pelo desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação, que como afirma David Harvey coloca o mundo inteiro a distância de uma passagem aérea.

Outra importante novidade que marca os movimentos migratórios nesse início de século é a sua regionalização, ou se preferirem, sua interiorização. Os imigrantes que antes buscavam apenas as grandes capitais como São Paulo, Brasília, ou até mesmo Florianópolis, hoje, buscam cidades menores do interior. É nesse ponto que a história dos haitianos se cruza com a história de Rio do Sul e com as pesquisas em Desenvolvimento Regional.

A chegada dos imigrantes haitianos ao Brasil se deu a partir do terremoto de 2010, que deixou mais de 200 mil mortos e dos furacões Issac e Sandy que em 2012 deixou mais de 1 milhão de haitianos sem acesso à energia, água e alimentação. A escolha pelo Brasil como destino de imigração é uma consequência direta da presença das tropas brasileiras no Haiti no comando da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti - MINUSTAH. Além desse fato, outro importante fator que pesou na escolha dos haitianos pelo Brasil foram os indicadores econômicos que entre 2010 e 2014 apresentavam resultados positivos.

DO SONHO POR UMA VIDA MELHOR À VINDA AO BRASIL

A rota até o Brasil varia muito de imigrante para imigrante. Aqueles com maior condição financeira voaram direto até São Paulo capital ou Brasília. Porém, a maioria fez um caminho longo, que se inicia em Porto Príncipe, passando pelo Peru e chegando ao Brasil pelo Acre. Nesse sentido, a cidade de Brasileia foi uma das que mais recebeu imigrantes haitianos.

A partir de então, muitos empresários de diversas regiões

Emanuel Faustim é um dos haitianos que escolheu Blumenau para morar. Ele foi entrevistado pelo *Expressão Universitária* em reportagem publicada em julho de 2014, quando celebrava o emprego com carteira assinada e o aluguel de uma quitinete com a esposa na Itoupava Central.
CRÉDITO: ALEXANDRE ZELINSKI

VALE DO ITAJAÍ

es locais e para as prefeituras que, em maior ou menor grau precisam aprender a lidar localmente, com

do país passaram a procurar os abrigos nessa cidade e recrutar trabalhadores imigrantes. O caso de Santa Catarina não é diferente. Os primeiros imigrantes chegaram ao Estado por volta de 2012 para ocuparem posições no serviço de limpeza urbana na cidade de Balneário Camboriú. A partir de então, esses passaram a serem recrutados pela indústria da carne no Oeste do Estado e também na região do Alto Vale.

Em Rio do Sul, a empresa que tomou a frente no recrutamento de trabalhadores Haitianos foi a Pamplona SA, empresa ligada à indústria da carne. Em 2013, acompanhando as notícias no jornal e na internet, a empresa resolveu mandar dois representantes à Brasileia com o intuito de trazer para Rio do Sul os primeiros 30 haitianos. Logo em seguida, foram trazidos mais 80 trabalhadores. Esses imigrantes receberam da empresa uma ajuda de custo e moradia referente aos primeiros três meses. A partir de então, não foi mais necessário buscar imigrantes, eles passaram a vir por conta própria através de indicações de colegas que já estavam na cidade.

> **“ Migrar é um direito humano fundamental. Não existe possibilidade de barrar a migração global, por isso a necessidade de se ampliar as pesquisas e políticas públicas que busquem maximizar os efeitos positivos da imigração e minimizar seus impactos negativos.**

No auge da imigração, entre 2014 e 2015, a Pamplona SA contava com cerca de 700 trabalhadores imigrantes divididos entre as unidades de Rio do Sul e Presidente Getúlio. Hoje, esse número não passa de 300.

Enquanto trabalhadores, a presença dos imigrantes tornou-se essencial para a indústria da carne. Os haitianos passam a ocupar vagas que os trabalhadores locais procuram apenas em últimas condições. Aqueles que não se adaptaram ao trabalho no frigorífico foram incorporados por empresas próximas, em especial o setor metal mecânico em empresas como a Metalúrgica Riosulense SA.

Em relação ao desempenho no mercado de trabalho, os imigrantes dividem opiniões. Se por um lado são indispensáveis para indústria da carne, vistos como trabalhadores dedicados, por outro, são tidos como indisciplinados. As empresas entrevistadas relatam problemas de indisciplina atrelados ao comprimento de horários e ao respeito à hierarquia. Em relação as mulheres as dificuldades são mais intensas. Segundo os entrevistados, as trabalhadoras haitianas não acompanham o ritmo da produção. Isso explica por que são elas que passam mais tempo nos abrigos aguardado serem recrutadas. Essa situação é compreensível diante da realidade haitiana que faz com que muitas mulheres encontrem na imigração a possibilidade do primeiro emprego.

A localização dessas empresas fez com que os imigrantes se concentrassem nos bairros próximos a elas, em especial nos bairros Barragem e Pamplona que são separados pelo Rio Itajaí do Norte. Desse modo, esses bairros deram origem a um verdadeiro território de imigrantes dentro de Rio do Sul. É importante salientar que esses foram bairros amplamente atingidos pelas enchentes de 2011 e 2013, logo possuem muitas residências com valores abaixo do mercado justamente pela proximidade do rio.

A intensificação da crise em 2015, atrelado ao aumento no valor do dólar, fez com que muitos imigrantes deixassem a cidade. Contudo, esse fato gerou uma mudança no perfil dos novos imigrantes que chegam à Rio do Sul. Agora são amigos e familiares dos trabalhadores que conseguiram se estabilizar. Assim sendo, podemos perceber a formação de “lugares” de imigrantes. Sendo que a ideia de lugar se difere da de território, pois o “lugar” é caracterizado pela construção de uma identidade, de laços de carinho e afeto com as pessoas que vivem nele.

Conclui-se que a imigração traz aspectos positivos e negativos para a cidade. Se mostra positiva quando os imigrantes ocupam vagas ociosas na indústria e intensificam a fileira de contribuintes e consumidores. Além disso promovendo o intercâmbio cultural. Porém negativa na medida que intensifica os gastos sociais do município com assistência social. No caso dos haitianos em Rio do Sul ficou visível a existência de um certo desconforto entre poder público municipal e as empresas contratantes sobre quem deveria internalizar os custos sociais desse fenômeno.

Bernard Luckson é um dos haitianos que vive hoje no Vale do Itajaí. Ele foi um dos entrevistados para reportagem no *Expressão Universitária* em julho de 2014

CRÉDITO: ALEXANDRE ZELINSKI

Por fim, é importante salientar que a imigração de haitianos é um fenômeno recente e que as possibilidades de novas pesquisas não se encerram por aqui. Além disso, a imigração corresponde a um desafio intenso para as comunidades locais e para as prefeituras que, em maior ou menor grau precisam aprender a lidar localmente, com problemas gerados em âmbitos globais. Migrar é um direito humano fundamental. Não existe possibilidade de barrar a migração global, por isso a necessidade de se ampliar as pesquisas e políticas públicas que busquem maximizar os efeitos positivos da imigração e minimizar seus impactos negativos.

QUAIS AS PROPOSTAS PARA OS JOVENS EM BLUMENAU?

Conheça as principais definições em torno da 1ª Conferência Municipal da Juventude na Cidade, realizada em 6 de maio que estabeleceu o documento base para a criação de um Plano Municipal de Juventude

POR CAMILA GONZAGA E WILLIAM PEREIRA ROCHA

Acadêmica do curso de Serviço Social da Furb e acadêmico de Engenharia Elétrica, conselheiros pela sociedade civil

Ao fazermos uma análise cronológica do tema "políticas públicas de juventude", observamos que falar disso em âmbito nacional é ainda algo muito recente, mas que mesmo assim, neste último ano, já sofreu diversos retrocessos. As políticas de juventude foram sendo aprofundadas ao longo dos anos, principalmente a partir de 2005 com a criação da SNJ (Secretaria Nacional da Juventude) e do Conselho Nacional da Juventude. Apesar de ainda serem pequenos, importantes passos foram dados através das Conferências Nacionais de Juventude, realizadas em 2008, 2011 e 2015. Como grande encaminhamento das Conferências está a efetivação do Estatuto da Juventude, em 2013, após grande mobilização social.

Esta caminhada também tinha como objetivo que a política de juventude fosse implantada e executada em estados e municípios, de acordo com suas demandas. Eis que em Blumenau surge a primeira contradição. Uma proposta de lei que criaria o Conselho Municipal de Juventude chega à Câmara de Vereadores de Blumenau nos anos 2000, mas somente em 2015 o conselho se torna efetivo na cidade, com a eleição da primeira gestão. Se de fato ele tivesse sido implantado naquela data, o munícipio estaria hoje à frente de muitos, se não todos, munícipios catarinenses e brasileiros. Acontece que, mesmo tendo saído do papel, não dá para dizer que automaticamente o conselho se tornou espaço de escuta e participação efetiva da juventude de Blumenau.

> **Como tradição, talvez, da "cidade jardim", criar um Conselho de Juventude em Blumenau era muito mais um espaço de afirmar ações turísticas e eventos do que propriamente criar um espaço de fiscalização, reivindicação e proposição de ações ao que tange políticas públicas e intersetoriais aos e às jovens.**

Como tradição, talvez, da "cidade jardim", criar um Conselho de Juventude em Blumenau era muito mais um espaço de afirmar ações turísticas e eventos do que propriamente criar um espaço de fiscalização, reinvindicação e proposição de ações ao que tange políticas públicas e intersetoriais aos e às jovens. Tanto é que a Conferência Nacional de Juventude que aconteceu em 2015 não foi abraçada pelo CMJ de Blumenau porque se vendia a ideia de que ainda estava cedo demais para pensar política pública.

Com o passar do tempo alguns jovens que ocupavam cadeira pela sociedade civil foram incorporando o que era de nossa responsabilidade enquanto representantes nesse espaço, ao mesmo tempo em que se notava um esvaziamento por parte das cadeiras governamentais. Acredito que a sociedade civil tenha entendido seu papel no Controle Social, quando identificou o erro de não ter feito a etapa municipal da última conferência nacional nem de ter incentivado os e as jovens a participarem da etapa regional.

A partir daí se identifica o potencial do Conselho, quando através de ampla maioria da sociedade civil começa a organizar encontros de diálogo com a juventude dos diversos movimentos e coletivos, em diferentes espaços territoriais, que mais tarde virariam pré-encontros culminantes da 1ª Conferência Municipal da Juventude de Blumenau.

Para entender o porquê da insistência em se fazer uma Conferência da Juventude, é preciso entender o que está nas metas e objetivos de parte expressiva dos conselheiros e conselheiras que compõe essa primeira gestão do CMJ, que é minimamente ter efetivado o Conselho, o Plano Municipal de Juventude e o Fundo Municipal de Juventude. Sabemos que essas conquistas só terão concretude e serão de fato legítimas se surgirem com ampla discussão e mobilização por parte da juventude em suas mais diversas faces e expressões.

Ainda nessa perspectiva de ampliar o olhar e a representação no CMJ, houve mobilização da sociedade civil para que uma emenda na lei alterasse o número de cadeiras do conselho, tornando-o 2/3 de sociedade civil e 1/3 de governamental.

A participação da sociedade e dos coletivos e movimentos ainda precisa avançar. Há cadeiras vacantes, o que nos faz ter que continuamente parar para avaliar o porquê ainda não se torna atrativo participar de um conselho. Talvez seja porque o conselho tenha caráter consultivo ou ainda por não ter fundos. O que sabemos é que a juventude, ao mesmo tempo em que é taxada como futuro, também é calada, desmotivada e desmerecida em sua participação.

Pensando justamente nessa participação é que lutamos pela existência de uma Conferência mesmo que de forma independente do SINAJUVE (Sistema Nacional de Juventude), para mostrar que Blumenau, apesar do contrário ser veiculado todos os dias, conta com juventudes de "múltiplas vozes".

Com todos os desafios de participação, com mínimos recursos tanto financeiros quanto humanos, foi entregue à cidade de Blumenau uma Conferência, com a representação muito diferente do que a primeira reunião do CMJ em 2015, que só contava com 1 mulher entre 17 homens brancos. Hoje podemos minimamente pensar a cidade de Blumenau que temos e que queremos quando falamos a partir dos 11 eixos transversais de que trata os direitos da juventude expostos no estatuto da juventude.

Sabemos dos desafios que nos aguardam, ainda mais acompanhando a situação a qual a juventude vem sendo exposta enquanto política nacional. Entendemos que é um momento fundamental para garantir espaços como as conferências e conselhos, que colocam em prática o artigo 204 da Constituição. Sobretudo, são tempos em que defender a democracia participativa tem sido nosso maior norte e horizonte, acreditando em espaços mais plurais e desburocratizados.

O caminho é árduo para que se chegue à escuta dos 80 mil jovens que residem em Blumenau e que diariamente lidam e enfrentam diversas realidades. Contudo isso não pode nos paralisar e nos deixar apáticos na construção de propostas que gerem compromisso por parte dos representantes indiretos tanto no legislativo quanto no executivo.

A Conferência foi palco dessas amplas manifestações, construindo e aprovando propostas pelos eixos e também quatro moções: uma de congratulação, parabenizando a organização da conferência, e três de repúdio, aos formandos de medicina por uma foto em frente ao Carlos Gomes, à reforma do ensino médio e ao governo Temer.

Por fim, a conferência também foi palco de se conhecer as novas representações da sociedade civil que assumirão uma cadeira no CMJ nos anos de 2017 a 2019, a saber: AIESEC, Coletivo LGBT Liberdade, Enloucrescer, Feirinha da Servidão, Instituto Feminista Nísia Floresta, Interact Club de Blumenau, Pastoral da Juventude, SINTRASEB e União Secundarista Alex S.S. Elias (Grêmio Estudantil Elza Pacheco).

Agora, cabe a nós, continuar acompanhando as atividades do CMJ, inclusive participando das suas reuniões abertas, para garantir que essas propostas sejam de fato transformadas num Plano Municipal de Juventude.

Segue ao lado a principal proposta aprovada em cada um dos 11 eixos do Estatuto da Juventude que foi trabalhado na conferência.

AÇÕES E DESAFIOS PARA A JUVENTUDE

DIVULGAÇÃO

1 - DIREITO À CIDADANIA, À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E À REPRESENTAÇÃO JUVENIL

Desafio A juventude não organizada não necessariamente é representada ou tem sua cidadania exercida;

Ação Possibilitar a participação virtual e passiva em conferências ou espaços institucionais de diálogo e representação;

2 - DIREITO À EDUCAÇÃO

Desafio Responsabilidade de estrutura e atendimento dos níveis de ensino no município

Ação Redimensionamento e especificidade de oferta dos níveis de ensino; articulação com a rede municipal e estadual

3 - DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA

Desafio Como equilibrar a questão do trabalho/estudo e profissionalização

Ação Aumentar a oferta de cursos/estudos acessíveis ou gratuitos.

4 - DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE

Desafio Criação da "Casa de Apoio" ao LGBT, coletivos feministas e movimento negro

Ação Casa para garantir o suporte nas áreas jurídica, saúde, educação e acolhimento.

5 - DIREITO À SAÚDE

Desafio Problemas gerais de saúde, sexualidade e prevenção dos jovens, em suas comunidades.

Ação Realizar trabalho multidisciplinar com a comunidade, fazendo com que ela mesmo se auxilie continuamente. A comunidade receberia apoio continuamente.

6 - DIREITO À CULTURA

Desafio Incentivar iniciativas culturais, públicas e privadas, que fortaleçam a juventude;

Ação Criar legislação que beneficie e incentivem a empreendimentos que beneficiem comprovadamente a juventude blumenauense;

7 - DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Desafio Falta de participação do jovem no poder público.

Ação Campanhas de conscientização sobre os papéis do cidadão na sociedade.

8 - DIREITO AO DESPORTO E AO LAZER

Desafio Fata de espaços disponíveis para a prática desportiva/lazer

Ação Abertura de espaço escolar, entre outras entidades (como Galegão) para a prática desportiva, lazer e cultural

9 - DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE

Desafio A dificuldade dos jovens com deficiência em seu deslocamento e acesso aos seus serviços públicos

Ação Garantir e fiscalizar as condições ao direito de ir e vir para os jovens com deficiência, dando suporte ao acesso a espaços públicos e serviços básicos

10 - DIREITO À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE

Desafio Criação de hortas comunitárias

Ação Utilizar espaços públicos, escolas e praças para inserção de permacultura e alimentação orgânica

11 - DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA

Desafio Acesso à justiça

Ação Fomentar parcerias do Poder Público com universidades para facilitar o acesso a justiça aos mais necessitados

PELOS DIREITOS DAS MULHERES

A desigualdade de gênero gera violência contra mulheres e exige novas medidas e ações no que se refere à saúde pública

POR REJANE WILWERT

Assistente social <rejanewilwert@blumenau.sc.gov.br>

Nos dias 05 e 06 foi realizada em Blumenau a 1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres, com o tema "Saúde das Mulheres: Desafios para a Integralidade com Equidade", cujo principal eixo é a implementação da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Mulheres. A conferência contou com aproximadamente 120 participantes, um número baixo, considerando os dados do Ministério da Saúde, indicando que as mulheres são as principais usuárias do SUS.

O encontro trouxe discussões sobre: O Papel do Estado no Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental e seus Reflexos na Vida e na Saúde das Mulheres; O Mundo do Trabalho e suas Consequências na Vida e na Saúde das Mulheres; Vulnerabilidades nos Ciclos de Vida das Mulheres na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres e Políticas Públicas para Mulheres e Participação Social.

Os desafios não são poucos, ainda mais considerando a atual conjuntura de ataques e retrocessos aos direitos conquistados durante estes quase 30 anos de nossa frágil e pretensa democracia. Discutir a saúde das mulheres numa perspectiva de ampliação e atenção integral à saúde das mulheres nestes tempos é, antes de tudo, reafirmar a histórica luta por direitos e ampliação dos acessos aos serviços de saúde e atendimento integral e universal conquistados pelas mulheres em seus movimentos, organizações, associações e coletivos, que juntamente com outros movimentos pela conquista de direitos à saúde pública, culminou com a implantação do Sistema Único de Saúde.

Hoje, vivemos tempos de retirada de direitos históricos que impactam contundentemente a vida e a saúde das mulheres, colocando-as em situação de maior vulnerabilidade, considerando já os baixos salários, a violência de gênero e suas várias manifestações, e a dupla jornada de trabalho. Além dos retrocessos no campo legal, enfrentamos ainda um conservadorismo, e um moralismo religioso, que tenta de todas as maneiras coibir e impedir o avanço da emancipação plena de mulheres e homens, haja vista lei municipal que proíbe as escolas de discutir questões relacionadas a gênero.

A desigualdade de gênero gera violência contra mulheres, jovens e crianças, colocando as mulheres em situação de precariedade econômica e social. Basta lembrar, que, segundo dados do Ministério da Saúde, no Brasil, a cada cinco minutos uma mulher é agredida e a cada 11 minutos, uma mulher é assassinada. Negar e proibir que se discuta as relações de gênero nas escolas é corroborar para que se perpetue a violência de gênero na sociedade.

No mundo, o Brasil ocupa o 129ª posição em desigualdade de gênero, entre os 144 países pesquisados.

Hoje se faz urgente às mulheres tomarem os espaços de discussões e posicionamentos, integrando-se às lutas mais amplas. A baixa participação em nosso município nestes espaços é um reflexo da condição histórica assumida pelas mulheres.

Enfrentamos a diminuição da atuação do Estado na proteção social, com projetos de leis que retiram direitos e retrocedem nos avanços sociais conquistados pela classe trabalhadora, como a PEC 241/55-2016 – (EC-95/2016) aprovada no senado que institui um sistema de regime fiscal congelando investimentos em saúde, educação, assistência social por 20 anos, e retira vinculações orçamentárias; a PL 1.330/2014, que permite a terceirização sem limites, e de atividades fins; o artigo 142 da lei 13.016/2015 que permite a entrada de capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde, transformando a saúde em mercadoria! Sem falar na reforma da previdência, se aprovada contribuirá com o empobrecimento maior da população, sobretudo das mulheres, pois já recebem menos que os homens e apesar de terem uma vida mais longa, sofrem mais incidência de adoecimento devido às condições precárias advindas dos ambientes de trabalho e por exercerem trabalhos repetitivos.

Alguns dados nos apontam a realidade em relação ao mundo do trabalho: em 2010 no Brasil o rendimento médio das mulheres correspondeu a 68% da remuneração masculina, sendo que o rendimento médio das negras e pardas representa 35% do rendimento médio do homem branco. Embora as mulheres estudem mais e possuem maior formação que os homens, ainda em funções semelhantes, as mulheres recebem menor remuneração.

Vale ressaltar que as políticas públicas precisam atender as mulheres em suas especificidades e diversidades, considerando todos os aspectos da vida e de trabalho e também as dimensões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, etnia, geração, visando o acesso ao atendimento integral à saúde e prevenindo os determinantes de risco no processo de saúde e doença. O que o governo considera gastos em saúde pública, não são gastos, são sim investimentos na qualidade de vida da população, entendendo a saúde numa perspectiva ampliada englobando todos os aspectos da vida e nas ações de prevenção e promoção à saúde.

São tempos sombrios, mas, sobretudo, tempos de nos encontrarmos, mobilizarmos, criar espaços de debate, integrando lutas e ganhando as ruas. É nas ruas que nós mulheres e homens faremos a nossa resistência e nossa luta!

"Segundo dados do Ministério da Saúde, no Brasil, a cada cinco minutos uma mulher é agredida e a cada 11 minutos, uma mulher é assassinada. Negar e proibir que se discuta as relações de gênero nas escolas é corroborar para que se perpetue a violência de gênero na sociedade.

PIXABAY

O COMEÇO DO FIM DA ERA TEMER

Considerada a maior greve geral dos último 21 anos, mobilização de 28 de abril é citada como responsável por um novo capítulo na história política nacional

POR LUCAS ADRIANO DIAS

Estudante do curso de Jornalismo da FURB <lucasdias36@hotmail.com>

É unânime o consenso de que as últimas manifestações populares e a greve geral do mês de abril iniciaram um novo capítulo da história sombria pela qual o Brasil vem passando nos últimos tempos. Enclausurado em seu minúsculo secto de fiéis seguidores, Michel Temer vê o país que governa simplesmente ruir. Dia após dia perdendo o apoio de importantes figuras da classe empresarial e da própria mídia, Temer também vê o comprometimento de seus projetos contraditórios, empurrados a torque de caixa para o Congresso Nacional, que agora correm o risco de não emplacarem. Ao invés das reformas, a pauta agora passou a ser o futuro do próprio presidente da república.

Segundo o professor Jorge Gustavo de Oliveira, do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Regional de Blumenau (FURB), a forte pressão pela renúncia de Michel Temer, exercida pela grande mídia brasileira, começou a ser articulada após a observação da contundência de manifestos como os do último dia 28 de abril:

– A partir daquela data, ficou comprovado que o atual governo não possui qualquer tipo de apoio da população brasileira. Por uma leitura de cenário da própria greve, os meios de comunicação começaram a ver que o governo não se sustenta e, numa estratégia de interesses a longo prazo, ficar comprando suas ideias por muito tempo poderia ser algo arriscado – afirma Jorge.

Sociólogo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o professor também aponta que, num primeiro momento, certos órgãos da imprensa buscaram enfrentar a greve:

– Se tivemos veículos de comunicação enfatizando meios de se burlar a greve, seja divulgando caminhos alternativos a estradas bloqueadas por protestos, seja questionando o propósito do movimento, podemos afirmar que tínhamos uma imprensa claramente governista. A partir da divulgação de conversas comprometedoras envolvendo as mais altas figuras políticas do país, notou-se uma pirueta no discurso de alguns comentaristas políticos da grande mídia. Agora, com a finalidade de destituir o presidente, defendem o prevalecimento da carta constitucional, mas visando apenas a seus próprios interesses. Assim, eles buscam um novo presidente que não mexa em seus privilégios, mantendo o mesmo sistema de governo em um novo rearranjo – aponta o professor.

A agenda de projetos do presidente Michel Temer, conhecida pelo povo brasileiro desde sua chegada ao governo, é extremamente questionável até mesmo entre os membros de sua base aliada. A bancada catarinense governista na Câmara Federal, constituída por 11 deputados de diversos partidos, teve quatro votos contrários à aprovação da reforma trabalhista, além de mais dois votos contrários de deputados da oposição. O cenário piora quando se analisam os votos dos parlamentares catarinenses quanto ao projeto de lei que regulamenta a terceirização de atividades-fim de empresas brasileiras: uma abstenção e cinco votos contrários da base aliada.

Embora muito impopular entre os políticos, a terceirização total satisfaz uma série de interesses de grandes grupos econômicos, conforme análise do professor Tarcísio Wickert:

– Existe nesse projeto uma estratégia de ave de rapina. Quem tem interesse em privatizar faz uma ingerência do serviço público, através da PEC que congela os gastos por 20 anos, para fortalecer o argumento de que tudo o que é público não funciona, garantindo-se um álibi que abre as portas para um excelente negócio. Por exemplo, quando o governo propõe oferecer o ensino médio integral, aumentando a carga-horária dos professores e diminuindo o investimento, você precariza não só as relações de trabalho, mas também as condições de saúde para trabalhar. Isso satisfaz exatamente os interesses dos grupos privados que prestam serviços previdenciários, educacionais e de saúde – explica o professor.

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional da FURB, Tarcísio esteve presente nas manifestações do último dia 28 de abril em Blumenau. Sindicatos de várias categorias aderiram à greve geral e ajudaram a mobilizar passeatas durante a manhã e a tarde. À noite, no auditório da biblioteca da FURB, aconteceu uma aula pública com a presença de três debatedores. Segundo o professor, este momento foi uma ótima oportunidade para esclarecer os motivos da greve:

– A aula pública foi o ponto alto do dia de greve geral, o auditório da biblioteca estava lotado. Foi um grande momento de se colocar em discussão as reformas impostas pelo governo Temer, que representam a destruição de direitos sociais conquistados, e acredito que o objetivo de conscientizar o público sobre o que está acontecendo a nível nacional foi alcançado – afirma Tarcísio.

Após a aula pública, promovida por professores do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, um grupo de alunos saiu em passeata do auditório da biblioteca até a sede do Diretório Central dos Estudantes. Com apitos estridentes, cartazes em mãos e aos gritos de "o DCE não me representa", aproximadamente 60 estudantes, dos cursos de Ciências Sociais, Serviço Social, História e Pedagogia, promoveram um ato para cobrar esclarecimentos da entidade de representação estudantil que publicou, através das redes sociais, uma nota contrária a possíveis paralisações da FURB no dia 28 de abril. O Centro Acadêmico de Serviço Social, durante o manifesto, divulgou uma carta de repúdio questionando a autoria do texto publicado, alegando que os demais centros não foram ouvidos durante sua elaboração.

CRÉDITO: LUIZ ANTONELLO

Julia Zimmermann, acadêmica do curso de Ciências Sociais, ajudou a organizar o protesto e avalia o ato que encerrou o dia de greve geral na cidade de Blumenau:

– A quantidade de pessoas que se manifestaram contra o posicionamento do DCE realmente foi abaixo do que a gente esperava. Tivemos dificuldade em convidar mais pessoas por causa da paralisação do transporte coletivo, a qual devemos inclusive parabenizar. Porém, acredito que cumprimos com nosso objetivo, que era mostrar o contraponto e dizer que aquela nota não representava o nosso pensamento enquanto estudantes – pontua Julia.

Questionada sobre o significado político das manifestações de 28 de abril e das reformas propostas por Michel Temer, a estudante do primeiro semestre faz uma importante reflexão:

– Independentemente do seu posicionamento ideológico, você enquanto trabalhador será igualmente afetado pelas reformas que estão sendo colocadas. Quando você trata sobre seus direitos, em nenhum momento você estará sendo partidário. O atual momento é o de relembrar que boa parte dos direitos que temos há muito tempo, e que foram resultado de muita luta, poderão ser retirados de nós com a simples aprovação dessa agenda imposta por Temer e seu grupo político – conclui a estudante.

Deste modo, a reflexão sobre a atual situação política e econômica do Brasil se faz muito importante. Denúncias contra a alta cúpula do governo e áudios comprometedores não derrubam por si só um presidente, se ele ao menos reunisse em torno de si o mínimo de condições morais e legais para chancelar suas atitudes. O fim da Era Temer, que ficará historicamente conhecida pela imposição de medidas monocráticas, não se resume a uma simples destituição ou renúncia. Mais do que nunca na história, o Brasil precisa passar por um profundo processo de reflexão política e social, transpondo os fanatismos ideológicos e instaurando de fato um ambiente de amadurecimento das discussões construtivas e democráticas para o futuro do país.

A IMPORTÂNCIA DO JORNALISTA NA ERA 3.0

A importância sobre a formação do jornalista vai muito além do que puderam supor os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) quando decidiram revogar a exigência do diploma em 2009

POR ARNALDO ZIMMERMANN

Jornalista, Mestre em Jornalismo e professor da Furb <arnaldozimmermann@gmail.com>

No momento em que vivemos o auge da era das mídias sociais, do conhecimento compartilhado, da elevação e do triunfo de um novo fórum público e social, com cidadãos comuns informando e compartilhando milhares de conteúdos diariamente pela rede, cabe uma incômoda pergunta: ainda há a necessidade de jornalistas com formação acadêmica e profissional?

PIXABAY

“Ressurge a necessidade tanto da formação profissional quanto da acadêmica, por parte do jornalista. Refiro-me à formação profissional, aquela que faz o jornalista transpirar, que faz com que ele vá a campo, que pesquise, que não se contente com um número limitado de versões e que busque ampliar seu repertório cultural

Essa intrigante provocação parte da possibilidade de que já estejamos vivendo dentro de uma equivocada versão da sentenciada era do Jornalismo 3.0* prevista pelo jornalista espanhol Juan Varela (2005), para quem os novos meios digitais alavancariam a comunicação direta entre cidadãos, em oposição à comunicação massiva. No entanto, não é difícil observar o quão caótico se transformou o ambiente digital, estimulando um universo mais opaco na distinção entre boatos e fatos e fazendo insurgir a assustadora “indiferença” com a verdade. Ou, em palavras mais assustadoras, o “culto à mentira”.

É neste contexto que ressurge a necessidade tanto da formação profissional quanto da acadêmica por parte do jornalista. Refiro-me à formação profissional, aquela que faz o jornalista transpirar, que faz com que ele vá a campo, que pesquise, que não se contente com um número limitado de versões e que busque ampliar seu repertório cultural pessoal a fim projetar mais e melhores ângulos acerca de um acontecimento. Mas não há outra forma de prepará-lo para esse cotidiano sem uma formação acadêmica que lhe faça questionar constantemente sobre a realidade que o cerca. Sem leituras orientadas, sem confrontação de diferentes teses e estilos, o jovem jornalista estaria fadado – ao menos nos tempos atuais – a apenas reproduzir a prática que observou entre os mais experientes. E em um mundo de contradições e flertes com a mentira, veria reduzida sua capacidade de interpretação da realidade socialmente construída.

Quando passamos a observar a cobertura dos meios de comunicação durante a atual crise política que o país atravessa, constatamos duas situações pertinentes e interessantes em relação ao jornalismo e aos jornalistas. Em primeiro, a necessidade do estreitamento entre indícios e provas nas acusações, delações e declarações dos agentes diretamente envolvidos. Dificilmente esse caminho pode ser percorrido de forma sustentável pelos disseminadores de boatos, tampouco pelos fragmentadores de fontes noticiosas. A própria desconfiança do público - quase que vacinado pelo ceticismo gerado na própria rede em que esteve imerso – faz com que ele persiga fontes mais autênticas para verificar e se certificar dos fatos. E é exatamente aí que o jornalista tem feito toda a diferença nesses episódios, apurando, tabulando dados, comparando, checando informações e trazendo à tona a importância tanto do jornalismo de dados quanto do jornalismo investigativo frente ao redemoinho político vigente.

Outra situação é quanto à revelação dos chamados segredos do poder. Há determinados fatos que podem ser facilmente detectados e divulgados pelos cidadãos através das mídias sociais como, por exemplo, uma lista de suspeitos em uma das delações premiadas. Esse seria o tipo de informação que, se o jornalista não o fizer, o novo e desordenado fórum público o faz. Mas há outros fatos e situações que dificilmente poderiam ser detectados somente pelos cidadãos comuns: aqueles que dependem de uma minuciosa e insistente relação com as fontes de informação. Cabe, invariavelmente, aos jornalistas com boa formação profissional e acadêmica a missão de acompanhar o andamento das investigações e aguardar o momento certo para divulgá-las. Um “passo em falso” e todo o trabalho viria a ser desperdiçado ou - ainda pior - a reputação de suspeitos inocentes seria gravemente abalada.

É neste sentido que a importância sobre a formação do jornalista vai muito além do que puderam supor os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) quando decidiram revogar a exigência do diploma em 2009. Nem mesmo o colegiado que cometeu aquele ato conseguiria imaginar que o próprio órgão, em tempos de crise política e institucional no país, necessitaria tanto de maior credibilidade nas informações que circulam pelos novos fóruns públicos e que ainda podem ajustar uma melhor versão para o Jornalismo 3.0 na atualidade.

* O Jornalismo 1.0 é a fase de transposição dos conteúdos dos meios tradicionais à Internet; o Jornalismo 2.0 é a criação de conteúdo na e para a web, somando características de multimidialidade, interatividade e hipertextualidade. (VARELA, 2005)

VARELA, Juan. Blogs vs. MSM. Periodismo 3.0, la socialización de la información. Revista Telos. Cuadernos de Comunicación, Tecnología y Sociedad, nº 65, octubre-diciembre 2005, pp. 68-76.

Jorge Gustavo B. Oliveira
Professor de Política Mundial, da carreira de Ciências Sociais da FURB

TRIUNVIRATO

COMUNICAÇÃO SOCIAL EM DISPUTA

É salutar e bom hábito ver e ouvir em primeira mão as pessoas que têm o que dizer. Quedar-se com notícias pela mão de terceiros, falsas ou verdadeiras, virou postura de risco. O jornalista Chris Hedges, da Russian TV, diz que "Verdade e ficção, no presente, tornaram-se indistinguíveis". Há todo um esforço de criação de versões sobre os acontecimentos que mais contribuem para confundir as pessoas do que para esclarecê-las. Criam-se inclusive agências de factoides, como a *fake news agency* do jornalista Paul Horner, que se gaba de ter sido determinante para a eleição de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos. Frente a estas deliberadas distorções, prudente é ver e ouvir fontes primárias, como é o caso da ex-presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, liderança latino-americana de projeção mundial, cuja interpretação da nossa realidade sociopolítica foi ouvida pelos deputados do Parlamento Europeu. A seguir, apresentamos em tradução livre a parte final de sua exposição, da qual fizemos pequenas omissões, que não alteram seu sentido, e inserimos uma curta passagem anterior, apontada entre colchetes, necessária para a melhor compreensão do que se trata:

"Hoje estamos numa sociedade que não tem os instrumentos para poder ler e interpretar tudo o que lhe dizem e contam, do que acontece por trás das notícias. As pessoas só estão informadas do que querem que saibamos. Não é um problema de mediocridade, de ignorância. É outra coisa. Estamos diante de um fenômeno comunicacional e de informação substancialmente diferente [do que nós vivemos nos anos 1960, quando mantínhamos a capacidade crítica para questionar o que nos era apresentado no rádio, na televisão e nos jornais, graças ao que aprendêramos através de livros, de filmes, da experiência; do empírico da atividade política]. Hoje há uma tendência mais à individualidade, de sentar-se sozinho à frente da máquina a ver o que se pode fazer: enviar tuítes contra alguém ou falar de assuntos importantes do momento, mas é uma construção individual. O entorno leva à individualidade, a qual leva implacavelmente à solidão, e esta ao fracasso e à frustração. As grandes gestas da humanidade não foram feitas com gente só, não conectada, não comunicada. Elas sempre tiveram lugar com uma concepção do coletivo. A articulação deve ser com a Internet e com a rua. Devemos recuperar o conceito de povo. É mais fácil articular sob a categoria de povo todos os que sofrem com o neoliberalismo.

Depois de tudo que aconteceu neste mundo, não lhes parece ser necessário ir para além do conceito inventado em 1789, de esquerda e de direita? Temos de discutir novos contratos sociais entre povos e dirigentes, utilizando todos os instrumentos e ferramentas que hoje estão ao nosso alcance. O neoliberalismo também utiliza as ferramentas da democracia e do povo para muitas vezes conseguir captar segmentos da população que, rompendo as relações de força de projetos nacionais, populares e democráticos, finalmente terminam votando contra os seus próprios interesses".

A passagem menciona a velha questão política, travestida de nova, da mentira visando à dominação para extrair vantagens a custa do conjunto da população. Trata-se da dificuldade que as pessoas têm de perceber a manipulação, do embaraço a que estão sujeitas através daquilo que lhes é apresentado como notícia, de identificar a sua intencionalidade subjacente, bem com os interesses ocultos de quem as produz e divulga. Ao final deste texto, o leitor encontrará as referências de onde poderá ver a íntegra deste pronunciamento, assim como da entrevista concedida à emissora de televisão TeleSur, juntamente com outras indicações sobre a temática da pós-verdade.

Segundo o Dicionário Houaiss, factoide é "a informação falsa ou não comprovada que se aceita como verdadeira em conseqüência de sua repetida divulgação pela imprensa; fato ou notícia forjada com o intuito de atrair a atenção da opinião pública". O tema ganhou dimensão mundial a partir da eleição do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e do plebiscito que resultou na vitória do Brexit, isto é, a saída do Reino Unido da União Europeia, quando várias inverdades foram divulgadas visando influir na orientação dos votos dos eleitores.

No Brasil, o fenômeno se intensificou durante e após o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. O conceito de pós-verdade (*post-truth*) apresentado pelo Oxford Learners' Dictionary ajuda a compreender, quer a seletividade da cobertura jornalística, quer a narrativa adotada por grande parte da imprensa empresarial brasileira, coadjuvada na Internet por blogs que a reproduzem e, adicionalmente, trazem novas versões dos fatos escolhidos: "*circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e a crenças pessoais. Nesta era da política de pós-verdade, é fácil escolher dados e chegar a qualquer conclusão que se queira*".

Sem o contraditório da diversidade de fontes com identidades políticas distintas, cada leitor, com o auxílio dos algoritmos dos motores de busca do Google ou semelhante, vai reforçando as suas crenças e confortavelmente deixando de compreender que a realidade é mais complexa e rica do que parece. A convicção toma o espaço da reflexão criteriosa sobre o que a realidade estabelece. António José Teixeira, diretor-adjunto de Informação da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), é peremptório: "A pós-verdade é uma mentira". Vive distante da realidade, dissimula o que devia esclarecer. É, pois, uma versão interessada dos fatos, porém que se esconde na falsa neutralidade.

Seu colega Jorge Wemans (jornalista, provedor do telespectador da RTP e condutor do programa que indicamos na nota 3) aponta o risco do jornalismo perder o seu lugar na sociedade, caso não cumpra os deveres e as regras éticas da profissão, as quais foram concebidas precisamente para servi-la. Leiamos a sua advertência:

"Para que o jornalismo não morra é preciso que os cidadãos o vejam como indispensável para entenderem o mundo em que vivem. Há muito quem pense não precisar destes intermediários para saber o que se passa, basta-lhes navegarem por sua conta e risco em sítios em que só encontram histórias e relatos concordantes com aquilo que pensam e sentem sobre a realidade. Aos jornalistas e aos media tradicionais, compete mostrar que, ao contrário daquilo que os acusam, são indispensáveis, rigorosos e credíveis, sobretudo quando se apresentam como mais uma voz na enorme praça pública que é a Internet.

"A batalha da informação encontra-se generalizada. Aliás, há quem fale em guerra de quarta geração, fundada nos meios eletrônicos, onde os meios de comunicação social são cruciais.

É exatamente para se evitar esta perda de legitimidade e de sentido, que várias iniciativas têm sido tomadas em diferentes lugares e países no sentido de se preservar o jornalismo de qualidade, e desenredar a teia de factoides e pós-verdades que minam os domínios da informação e da política no mundo contemporâneo. É o caso do *Faktisk.no*, que reúne na Noruega dois jornais concorrentes, um canal de televisão, e a empresa pública de tele e radiodifusão, respectivamente Dagbladet, VG, TV2 e NRK, com apoio financeiro de fundações públicas e privadas, para conjuntamente verificarem as notícias, para preservar a verdade quando esta estiver ameaçada e devolver credibilidade à comunicação social. Assim é também a WikiTRIBUNE, porém baseada na colaboração de jornalistas contratados e voluntários da comunidade, a ser mantida com contribuição espontânea dos que se servem dos seus serviços. Por sua vez, a Alemanha será o primeiro país europeu a criar filtro de notícias falsas no Facebook. Ciente da previsível onda de "fatos alternativos", o país prepara-se para as eleições federais em outubro deste ano.

Como se vê, a batalha da informação encontra-se generalizada. Aliás, já há quem fale em guerra de quarta geração, fundada nos meios eletrônicos, onde os meios de comunicação social são cruciais. Teixeira conclui que o jornalismo não sobreviverá se for incapaz de separar o que é válido do que é pura manipulação, inválido sob o critério da verdade. Em sintonia, Eugênio Bucci vislumbra o que sucederá ao jornalismo, se mantido no rumo em que se encontra.

"Pois bem, se o fato perde valor na política, ele também perde valor na imprensa e se a imprensa não existe mais para checar os fatos, uma vez que ninguém mais liga para os fatos, essa mesma imprensa pode ser reduzida à triste condição de caixa de ressonância de preconceitos e mensagens de ódio (difusos ou concentrados). Se o espírito original da imprensa morrer, o que lhe sucederá serão flechas envenenadas contra a democracia e, no fim, contra a civilização."

Nestas condições, parece-nos, o que está em jogo é a própria sociedade tal como a conhecemos. Frente às três dimensões do poder: a) de induzir outrem a efetuar o que de início não desejava, b) de agendar e decidir o que está para ser decidido, c) de formar as preferências originais das pessoas, evitando-lhes, seja a percepção de sua atuação sobre elas, seja a consciência de que suas próprias preferências são fruto daquele domínio, Timothy Ash aponta a articulação do poder ao quadrado (P2). Trata-se da colaboração entre governos, provedores de Internet, editores e empresas de comunicação e de dados. O que precisamos e podemos fazer depende de nossa capacidade de perceber os riscos e mobilizar vontades coletivas no sentido, tanto de preservar a democracia quanto a diversidade que lhe é intrínseca, algo improvável com comunicação alienada.

CURTAS

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O COLMEIA 2017

Estão abertas até o dia 20 de junho as inscrições para a 6ª edição do Coletivo Laboral Multicultural de Experimentações e Intervenções Artísticas, o COLMEIA. Para ficar por dentro das datas e dos horários dos encontros acesse: www.facebook.com/coletivocolmeia

Na página, você também encontra os formulários de inscrição para cada um dos dez Grupos de Trabalho.

O COLMEIA ocorre nos dias 26 e 27 de agosto, no Teatro Carlos Gomes. A novidade de 2017 é a proposta de um novo horário de programação para o COLMEIA, decisão que o Coletivo tomou junto ao Teatro na iniciativa de aumentar o foco na fruição artística.

Esse ano os Grupos de Trabalho são: Artes Cênicas, Artesanato, Artes Visuais, Cinema, Culinária, Dança, HipHop, Literatura, Música e Oficinas. Mais do que receber propostas artísticas nessas áreas, o Coletivo prescinde da participação desses grupos e indivíduos na construção do todo e convida artistas, artivistas, produtores culturais, entusiastas das artes e curiosos a comparecerem nas reuniões de organização do evento.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017 MAPEIA OS HOMICÍDIOS

O Brasil registrou, em 2015, 59.080 homicídios. Isso significa 28,9 mortes a cada 100 mil habitantes. Os números representam uma mudança de patamar nesse indicador em relação a 2005, quando ocorreram 48.136 homicídios. As informações estão no Atlas da Violência 2017, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O estudo analisa os números e as taxas de homicídio no país entre 2005 e 2015 e detalha os dados por regiões, Unidades da Federação e municípios com mais de 100 mil habitantes. Apenas 2% dos municípios brasileiros (111) respondiam, em 2015, por metade dos casos de homicídio no país, e 10% dos municípios (557) concentraram 76,5% do total de mortes.

Os estados que apresentaram crescimento superior a 100% nas taxas de homicídio no período analisado estão localizados nas regiões Norte e Nordeste. O destaque é o Rio Grande do Norte, com um crescimento de 232%. Em 2005, a taxa de homicídios no estado era de 13,5 para cada 100 mil habitantes. Em 2015, esse número passou para 44,9. Em seguida estão Sergipe (134,7%) e Maranhão (130,5). Pernambuco e Espírito Santo, por sua vez, reduziram a taxa de homicídios em 20% e 21,5%, respectivamente. Porém, as reduções mais significativas ficaram em estados do Sudeste: em São Paulo, a taxa caiu 44,3% (de 21,9 para 12,2), e, no Rio de Janeiro, 36,4% (de 48,2 para 30,6). Houve um aumento no número de Unidades da Federação que diminuíram a taxa de homicídios depois de 2010. Mais informações no: ipea.gov.br

DIVULGAÇÃO

FESTIVAL VARILUX DE CINEMA FRANCÊS EM BLUMENAU VAI ATÉ O DIA 14 DE JUNHO

O Festival Varilux de Cinema Francês de 2017 ocorre entre os dias 8 e 14 de junho, no Arcoplex Park Europeu (e de 7 a 21 de junho no circuito nacional). O evento chega a mais de 55 cidades, distribuídas em 21 estados e Distrito Federal. A programação deste ano é composta por 19 produções inéditas nos cinemas brasileiros, incluindo um documentário e um clássico. A atriz Juliette Binoche ilustra a identidade visual da nova edição do Festival. A arte assinada pela Dínamo Design é inspirada em uma cena do filme "Tal mãe, tal filha", presente na programação. No filme, a atriz interpreta Mado, mãe de Avril (Camille Cottin) que engravida ao mesmo tempo que a filha, piorando uma relação que já não era muito boa. O público também poderá conferir os mais recentes trabalhos de Catherine Deneuve, Gérard Depardieu, Marion Cotillard, Guillaume Canet e Cécile de France. Outro destaque é à última atuação da inesquecível Emmanuelle Riva, falecida em janeiro último, em "Perdidos em Paris". O Festival Varilux de Cinema Francês surgiu em 2010 com a intenção de promover a cultura francesa e divulgar o cinema produzido no país europeu.

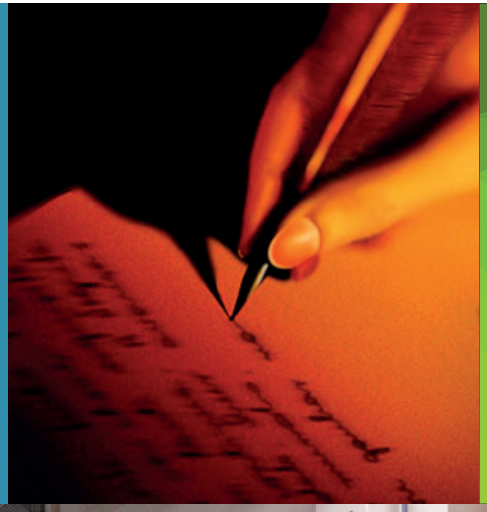
30º FITUB MOVIMENTA BLUMENAU DE 6 A 13 DE JULHO

A 30º Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau ocorre de 6 a 13 de julho, em Blumenau. Nesta edição, o FITUB está sendo coordenado pelo professor da FURB Fábio Hostert, egresso do Curso de Teatro da FURB e integrante da Cia Carona. A programação completa estará disponível ainda neste mês no www.furb.br/fitub

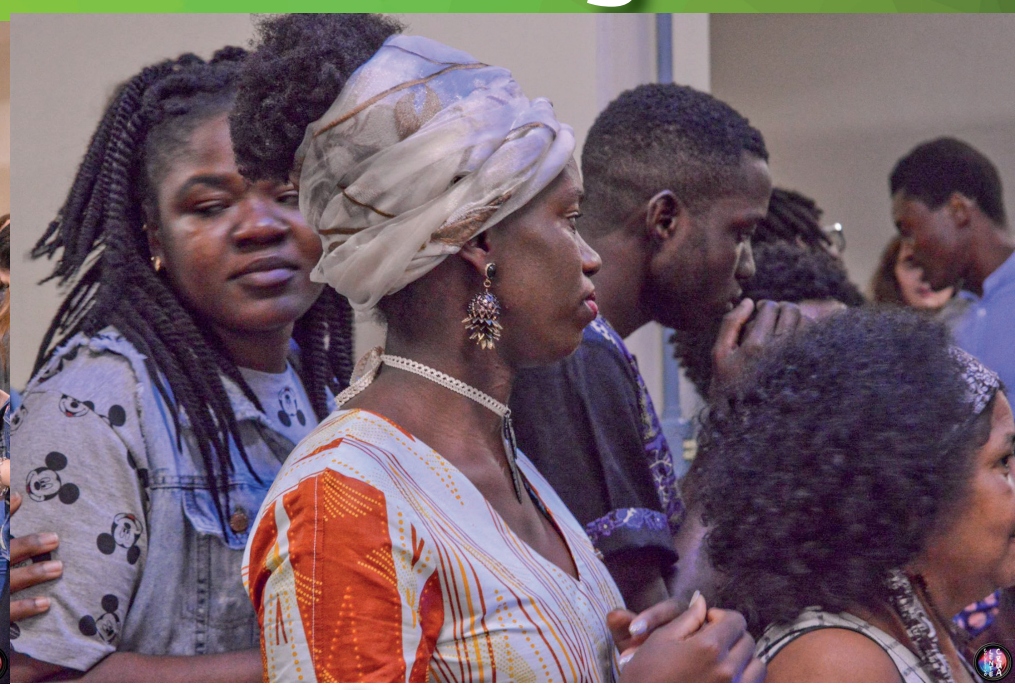
O Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau é um dos mais importantes eventos de ensino, pesquisa e extensão do calendário do teatro universitário brasileiro e sul-americano, seja pela sua natureza arrojada, seja pela sua permanência e regularidade.

Criado em 1987, O Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau tem sido mais abrangente a cada ano. Além de envolver diversos Estados Brasileiros, nos últimos anos vem conquistando a participação de grupos Ibero-Americanos. A sua abrangência se expande para todas as classes sociais, pois através da ação Palco sobre Rodas, o festival leva os espetáculos às comunidades de difícil acesso. Além disso, todas as suas atividades são abertas à comunidade.

Além de promover e incentivar as artes cênicas, tanto em número de apresentações como no estudo sobre o assunto, tem influenciado positivamente a realização de temporadas teatrais na cidade. Mais informações pelo festivalteatro@furb.br e pelo 47 3321-0937.



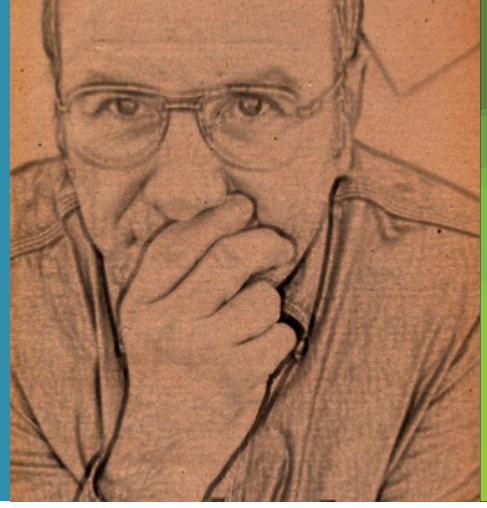
Inspiração



Semana de África

Cores, diversidade, conhecimento e cultura. A II Semana da África ocorreu entre os dias 24 e 27 de maio, na FURB. Realizada pela Associação de Estudantes Africanos de Blumenau (AFROBLU) e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Furb (NEAB - FURB), o objetivo da semana, anualmente, é discutir a África atual e compartilhar a sua riqueza cultural junto com a sociedade brasileira, em especial a cidade de Blumenau." O tema deste ano foi "África: Veracidades e glórias". O evento ocorre em alusão ao dia dia 25 de maio, quando celebra-se o dia de África, comemorando a fundação da Organização da Unidade Africana em Addis ABeba/ Etiópia, atual União Africana. (Fotos Yoana Carmo/ Coletivo Lente Crua)

Marcos Antônio Mattedi
Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP)
Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional



LADO B

A FURB E A CÂMARA

A atuação do Poder Legislativo tem despertado interesse crescente junto à opinião pública nos últimos anos. Afinal, por um lado, materializa a profissionalização da política; por outro, tem protagonizado os principais escândalos de corrupção. No entanto, o Poder Legislativo é muito mais que isto. Observado em termos sociológicos, o Poder Legislativo constitui uma fábrica de regras: a estratégia que legitima a imposição de um ponto de vista sobre o outro. Transforma os compromissos privados em ordem pública legítima. Porém, estes interesses e preferências sociais não são mediados somente no Congresso Nacional.

É que o *Jornal de Santa Catarina* do dia 22/05/2017 noticiou que, nos três primeiros meses de funcionamento, a Câmara de Vereadores de Blumenau apreciou 152 projetos. Nunca antes na história do Poder Legislativo Municipal se verificou a apresentação e a apreciação de tantos projetos. Destes 152, 81 foram aprovados, 41 foram arquivados, e 30 se encontram em tramitação. As matérias consideradas são as mais diversas como, por exemplo, a regulamentação do *couvert* artístico ou aquela que inclui no calendário oficial de Blumenau a Semana Gospel. Porém, é interessante notar que, do total aprovado, quatro dizem respeito diretamente à FURB.

Em ordem cronológica: 1) a primeira compreende a Lei Complementar N. 1098 de 27 de março de 2017, que permite a remuneração pela prestação de serviços decorrentes de projetos que possuam receita própria; 2) a segunda autoriza a FURB a auxiliar o DCE da FURB com R$ 100 mil reais, através da Lei N. 8391 de 31 de março de 2017; 3) a terceira refere-se ao Projeto de Lei Ordinária 7356/2017 de 11 de abril de 2017, que proíbe o trote universitário em vias de Blumenau; 4) e, por último, a Lei Complementar N. 1113 de 19 de maio de 2017, que autoriza a realização de estágio curricular pelos alunos do curso de Medicina na rede pública de Saúde municipal.

Entender e acompanhar atuação da Câmara de Vereadores é decisivo para compreender o funcionamento institucional da FURB. Afinal, foi através da iniciativa do legislativo municipal que se criou a FURB, através da Lei Municipal n. 1233, de 5 de março de 1964; foi também através de uma Lei Complementar Municipal n. 01/90, de 4 de junho de 1990, que a FURB se tornou uma universidade pública; além disso, foi por meio do Decreto Municipal n. 9.199 de 30 de junho de 2010, que o estatuto da FURB foi homologado... Dito de outra forma, o funcionamento da FURB depende da autorização e da fiscalização do Poder Legislativo Municipal.

Porém, as relações entre a FURB e o Poder Legislativo Municipal nem sempre são pacíficas. Estes choques, frequentemente, refletem interesses políticos. Afinal, a FURB é uma grande vitrine política. Neste sentido, se posicionar bem na FURB permite uma boa projeção eleitoral. Por exemplo, cabe destacar as ameaças de CPI e os discursos no plenário no contexto pré-eleitoral de 2016. Como uma autarquia municipal, a FURB faz parte do Poder Executivo e deve ser fiscalizada pela Câmara de Vereadores. Afinal, segundo o Art. 30 da Constituição de 1988, o Poder Legislativo Municipal possui duas atribuições básicas: a) Função Legislativa; b) Função Fiscalizadora.

Função Legislativa: para entender a importância da Câmara de Vereadores para FURB, é preciso considerar, primeiro, o processo legislativo municipal. A Câmara de Vereadores deve respeitar as mesmas regras do processo legislativo federal na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Esta lei estabelece as regras de técnica legislativa e estruturação das leis em artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens. O processo legislativo pode ser dividido em cinco fases: a) iniciativa, b) discussão, c) votação, d) sanção e promulgação e, se houver, e) veto. Neste sentido, o processo legislativo constitui um mecanismo de legitimação das regras.

Função Fiscalizadora: a segunda atribuição de uma câmara municipal é realizar o controle externo do Poder Executivo municipal. Mais precisamente, fiscalizar a atuação da Prefeitura Municipal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Nos termos dos art. 31 e 70 da Constituição Federal, trata-se de uma fiscalização ampla, que abrange os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais do município, sob o ponto de vista da legalidade, legitimidade e economicidade. Portanto, a autonomia universitária da FURB está subordinada à fiscalização da Câmara de Vereadores.

Por isto, é interessante observar as iniciativas das leis sobre a FURB neste período. Das quatro leis, três foram de iniciativa do poder executivo, e uma do poder legislativo. A remuneração de projetos de pesquisa, o repasse de recursos para o DCE e o estágio dos alunos de Medicina foram iniciativas do poder executivo. Já a lei sobre o trote universitário, foi inciativa do presidente da Câmara, Marcos Rosa. Isto reflete o protagonismo legislativo do poder executivo porque é ordenador de despesa. De acordo com os registros, todos os projetos propostos pelo poder executivo foram aprovados, somente três não foram porque se encontram em parecer.

Mas não é somente as leis diretas que são importantes para FURB. Existem muitas matérias que impactam diretamente o funcionamento da FURB. Por exemplo, Lei Complementar N. 1097 de 16 de março de 2017 autoriza o parcelamento do débito previdenciário devido pelo Município de Blumenau ao ISSBLU de R$ 29.972.260,15 em 60 parcelas. Pela Lei, ficamos sabendo também que o débito será atualizado pela variação mensal do INPC, calculado pelo IBGE, mais multa de 2% e juros de 6%. As pressões financeiras do ISSBLU constituem o principal desafio de médio e longo prazo não somente para a PMB, mas, principalmente, para a FURB.

O parcelamento pressiona a sustentabilidade do ISSBLU no longo prazo. Afinal, considerando o total parcelado nos cinco acordos anteriores de 2007, 2013, 2015, 2016 e 2017 ultrapassa a casa dos R$ 100 milhões. O aumento progressivo dos parcelamentos pode acabar comprometendo a capacidade de pagamento do município. Não podemos esquecer que a contribuição previdenciária se divide em 11% do empregado, 15,78% do empregador e, ainda, 8% de redução de déficit atuarial. Neste sentido, uma eventual insolvência põe em cheque não somente a previdência dos 9.380 servidores ativos e inativo, mas atinge todos os blumenauenses.

“ É importante acompanhar a dinâmica política da Câmara de Vereadores de Blumenau porque será ela que decidirá sobre a reforma da previdência. Mais precisamente, se for aprovada a reforma da previdência, o poder público municipal será forçado a efetuar uma reforma nas regras do ISSBLU.

Neste sentido, é importante acompanhar a dinâmica política da Câmara de Vereadores de Blumenau porque será ela que decidirá sobre a reforma da previdência. Mais precisamente, se for aprovada a reforma da previdência, o poder público municipal será forçado a efetuar uma reforma nas regras do ISSBLU. Isto significa qualquer mudança das regras de aposentadoria dos servidores municipais como, por exemplo, aumento da idade mínima ou aumento de contribuição deverá ser examinada e aprovada na Câmara de Vereadores. Em outras palavras, será a Câmara de Vereadores que examinará as constas do ISSBLU e aprovará as medidas de ajuste.

A mágica política por meio do qual o Poder Legislativo converte interesses particulares em interesses gerais marca também a relação entre a FURB e a Câmara de Vereadores. Afinal, nas três principais etapas de desenvolvimento institucional - 964 (criação), 1990 (pública) ou 2010 (regimento) - os interesses particulares da FURB também foram legitimados pela Câmara Municipal. Assim, uma nova mudança institucional ou uma reforma do ISSBLU passará pelo Poder Legislativo municipal. Embora o descrédito e a indiferença com os políticos seja crescente, não podemos esquecer que o futuro institucional da FURB depende da Câmara de Vereadores de Blumenau.